

MATTOS, Marcelo Badaró

Trabalhadores e sindicatos no Brasil. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Mariana Mendes Christo*

Marcelo Badaró Mattos é graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Seu mestrado e doutorado foram realizados na Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de História Social. Sua formação conta ainda com estágios de pós-doutoramento no Museu Nacional- UFRJ e no Instituto Internacional de História Social de Amsterdã. Professor titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense, tem experiência nas áreas de Metodologia e Teoria da História e de História do Brasil, com ênfase em História do Brasil República e História Social do Trabalho. Seus conhecimentos ainda perpassam pelos temas de História do Brasil recente, História social urbana do Rio de Janeiro e partidos e organizações de esquerda. Entre suas diversas publicações encontram-se *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*, *O sindicalismo brasileiro após 1930*, e *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, o qual será tema desta resenha.

Considerado um dos mais qualificados estudiosos no tema sindicalismo e trabalho no Brasil, Mattos traz ao livro *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* uma leitura envolvente, clara e facilitada ao leitor, já que as primeiras versões da obra foram apostilas para cursos de formação de lideranças e ativistas sindicais. Em seu conteúdo são discutidos os primeiros embates da classe trabalhadora, a participação da classe na República Velha, no governo Vargas, durante e a após o golpe de 1964, indicando ao final os principais problemas do sindicalismo do Brasil recentemente. Sendo um trabalho introdutório, não abrange análises aprofundadas de assuntos mais específicos. Dessa forma, não destaca as individualidades dos movimentos operários em cada estado brasileiro.

A obra se divide nos seis capítulos seguintes: “A Formação da classe trabalhadora: primeiros momentos”, “Trabalhadores e sindicatos na República Velha”, “Trabalhadores e sindicatos no primeiro Governo Vargas (1930-1945)”, “Os sindicatos e o ensaio democrático (1945 – 1964)”, “Do golpe à nova transição democrática” e “Os sindicatos brasileiros, da crise da ditadura militar à implantação da ditadura do mercado”.

* Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense, bolsista do Programa de Educação Tutorial (ProPET-UFF) e pesquisador do Laboratório de História, Política e Cultura (LAHPOC-UFF).

O primeiro capítulo, “A Formação da classe trabalhadora: primeiros momentos” é iniciado com a história de João de Mattos, líder nas lutas dos empregados de padarias, desde a escravidão, até o momento das mobilizações sindicais. Isso porque para tratar da formação de uma classe trabalhadora, em uma sociedade marcada por mais de quatro séculos de escravidão, não seria possível sem que fossem levadas em consideração as lutas entre os trabalhadores escravizados e seus senhores. Neste contexto, ressalta a formação de redes de solidariedade entre os trabalhadores e de tentativas de criação de mutuais de trabalhadores negros, como a Sociedade Beneficente da Nação Conga. Cita o que pode ter sido a primeira greve do Brasil em 1858: nela, compositores tipográficos dos jornais Correio Mercantil, Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Comércio reivindicavam um reajuste de salários. O autor procura apresentar neste capítulo a história da formação da classe trabalhadora no Brasil que começa ainda durante a escravidão, e não apenas após 1888, quando se tem uma grande entrada de imigrantes europeus.

No segundo capítulo, Mattos irá traçar um panorama dos trabalhadores e sindicatos na República Velha, como o próprio nome já diz. Dessa forma, aborda tal momento considerado chave para a constituição do movimento operário e para a formação da classe, já que até 1888 as lutas de classes ainda estavam no campo da escravidão. O momento ainda enfrenta a diversidade da origem dos novos assalariados e uma dificuldade de defesa dos interesses comuns, pelas organizações coletivas que existiam, em compartilhar a mesma posição na divisão social do trabalho. Um outro agravante para a formação de uma identidade comum era quanto à origem nacional e étnica. Nesse momento, as associações mutualistas que tinham caráter profissional começam a assumir de forma gradual atribuições sindicais na defesa de seus associados perante patrões e o Estado. Era dos sindicatos que partia a organização política mais organizada dos trabalhadores, divulgando propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Presentes na estrutura sindical estavam os socialistas e anarquistas. A partir dos anos 1920 ocorre um declínio dessa participação, sendo decisiva a repressão do Estado, que especializava cada vez mais seu aparato policial. A partir da Inspeção de Investigação e Segurança Pública (1920) surgiria em 1922, ano da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no país, a 4ª Delegacia Auxiliar com sua Seção de Ordem Política e Social, desempenhando atividades que passam a ser identificadas como de “polícia política”. E já na primeira década do século XX as greves começam a ser mais frequentes.

Em “Trabalhadores e sindicatos no primeiro Governo Vargas (1930-1945)”, terceiro capítulo do livro, o autor ressalta que por ser um período de conflitos políticos e de

conjunturas diversas, divide sua exposição em três partes. A primeira trata do processo de centralização político-administrativa que tem seu início no governo provisório (1930-1934) e se estremece pela Revolução de 1932 e pela Constituinte de 1934. A segunda se refere à continuidade da política voltada para o desenvolvimento da nação, concedendo privilégios a setores como o industrial. A terceira parte aborda, mais especificamente, os trabalhadores e seus sindicatos quando trata das “leis trabalhistas”. É nesse contexto do primeiro Governo Vargas que surge o sindicato oficial, o qual seria subordinado ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). A partir de 1942, se intensifica um discurso que procurava aproximar o Estado, que por sua vez se personificava em Getúlio, dos trabalhadores e dos sindicatos. É nesse momento que se constrói o discurso trabalhista, enfatizando o Estado como o protetor dos trabalhadores. Segundo Mattos, a intenção era apagar toda uma trajetória de lutas iniciada na República Velha.

O quarto capítulo, “Os sindicatos e o ensaio democrático (1945 – 1964)”, tece um breve panorama das diversas fases de mobilização sindical. Ressalta a importância dos anos 1960 para os trabalhadores e os sindicatos, assim como para suas propostas para as grandes questões nacionais debatidas pela sociedade. Com o golpe de 1964, toda a expectativa de amplas transformações sociais no país declina, já que a estrutura sindical permaneceu inalterada e atrelada ao Estado. Essa mesma estrutura sindical mostra seu potencial repressivo desestruturando em pouco tempo um trabalho de duas décadas de mobilização. Dessa forma, segundo o autor, para se analisar o período proposto torna-se necessário levar em consideração quatro situações. São elas a

retomada das lutas no processo de redemocratização (1945 – 1946); a de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947 – 1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações no início dos anos de 1960. (MATTOS, 2009, p.78)

O autor apresenta dados que mostram um aumento considerável no número de greves entre os anos de 1955 e 1964 na Capital Federal, Estado da Guanabara, registrando mais de 300 delas.

O quinto capítulo deste trabalho aborda o contexto do golpe à transição democrática, no que diz respeito aos trabalhadores e sua representatividade sindical. Momento de forte repressão, com a cassação de direitos políticos, e inquéritos policiais contra os principais dirigentes das entidades sindicais, marca um período de clandestinidade, exílio ou prisão para as lideranças e apreciadores. Segundo o autor, nos primeiros anos da ditadura militar, diversos

mecanismos para desmobilizar a ação sindical foram criados, além de ter aumentado a exploração dos trabalhadores. Foi o contexto das “leis do arrocho”; entre elas a proibição do direito à greve, o controle dos índices de reajustes dos salários, fim da estabilidade aos dez anos de serviço e o desmantelamento do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Enquanto para a economia, o momento foi caracterizado como “milagre econômico”, representou em seu aspecto político a fase mais violenta de repressão a quem se opunha ao regime militar.

Por fim, o capítulo seis “Os sindicatos brasileiros, da crise da ditadura militar à implantação da ditadura do mercado”. Mattos aborda a transição lenta e gradual para a volta dos civis ao poder, mas com uma intenção de controle do processo com o fim do AI-5, com a Anistia e com a reorganização partidária. Do lado dos trabalhadores, o momento foi de crescimento organizado dos movimentos sociais, com greves no ABC, criação do Partido dos Trabalhadores, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Era preciso criar um “novo sindicalismo”, pois os sindicatos ligados aos Estados não permitiam que os trabalhadores se mobilizassem de forma consciente. A partir de então, as greves e mobilizações dos trabalhadores só tenderam a crescer. A discussão do autor passa pelos dois governos Lula e no final, fala sobre uma perspectiva mais atual no que diz respeito aos trabalhadores e aos sindicatos brasileiros.

Em suma, é importante ressaltar que esse trabalho de Marcelo Badaró de Mattos contribui para o leitor se inserir e compreender o universo de lutas dos trabalhadores e sindicatos desde o período final da escravidão até posturas mais recentes adotadas pela classe. Com uma leitura fluida e persistente, “Trabalhadores e Sindicatos no Brasil” se propõe a um trabalho “didático”, não somente para a formação de lideranças e ativistas sindicais, como também para o conhecimento e atividades da classe pela população em geral.

Referências:

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Plataforma Lattes, CNPq. Currículo Lattes Marcelo Badaró Mattos. Disponível em:<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797880T8>>.